

# **INFLUÊNCIAS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NOS NÚCLEOS URBANOS INICIAIS DE FLORIANÓPOLIS E MAPUTO**

## **RESUMO**

Considerando que, nos séculos XV e XVI, Portugal conquistou inúmeros territórios ao redor do mundo, busca-se, com esta pesquisa, investigar se a ocupação de mesma origem condicionou semelhanças nos traçados urbanos. Seria a tradição portuguesa tão forte ao ponto de suplantar as particularidades de cada local, gerando assentamentos semelhantes? Para responder aos questionamentos desta pesquisa, focou-se o estudo nas cidades de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, no Brasil, e Maputo, capital de Moçambique, na África. Ambos os países foram descobertos no mesmo período: 1500 e 1498, respectivamente. Com base em critérios levantados em revisão bibliográfica, foram utilizados documentos iconográficos para a leitura morfológica e da paisagem natural nos dois núcleos urbanos iniciais, levantando as informações necessárias à comparação.

## **1. INTRODUÇÃO**

Algumas poucas nações disputaram liderança no cenário internacional no início da Idade Moderna e, para alcançar os interesses da burguesia comercial, era fundamental o domínio das rotas comerciais. As expedições de navegação que se lançaram com este objetivo, resultaram na formação de inúmeras colônias no além-mar. Dentre essas nações, destaca-se Portugal, que estabeleceu colônias em diferentes continentes com assentamentos cujas características sejam possivelmente semelhantes.

Portugal, um dos países mais antigos da Europa, está localizado estrategicamente, numa península com extensa costa litorânea, próxima à África. Por isso, tornou-se um importante ponto de trocas comerciais e esteve sujeito a invasões de diversos povos ao longo do tempo, o que resultou em significativas influências culturais, sociais e tecnológicas na formação da nação portuguesa. Formou-se, portanto, uma nação comerciante, que detinha domínio náutico e realizava muitas trocas comerciais. Com isso, o contato com mercadores genoveses, venezianos, etc. permitiu que Portugal acumulasse ainda mais conhecimento náutico.

Porém, com o monopólio muçulmano das rotas comerciais do Mar Vermelho na segunda metade do século XIV, o comércio ficou prejudicado. Portugal lança, então, uma política expansionista, com investimento em estudos navais tais como os desenvolvidos na Escola de Sagres - criada em 1417 - cujos objetivos eram buscar novas rotas de comércio que chegassem às Índias e ampliar relações comerciais com novos mercados na África e na Ásia. Nas diversas tentativas de alcançar a terra almejada, Portugal acabou conquistando vários territórios como Açores, ilha no Atlântico, Guiné Bissau, na África, e Timor Leste na Ásia.

Esta pesquisa pretende investigar se a ocupação de mesma origem, em diferentes locais, imprime características semelhantes aos seus assentamentos. Para isso, foram escolhidos como objeto de estudo dois países de colonização portuguesa, cujos descobrimentos foram contemporâneos: Moçambique, em 1498, na África e Brasil, em 1500, na América do Sul. Optou-se por focar a comparação em cidades que, além da colonização de mesma origem, apresentassem algumas semelhanças geográficas e climáticas. Escolheu-se, então, Maputo, capital do país africano, e Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, na região do sul do Brasil.

As cidades estão em latitudes próximas (Florianópolis entre os paralelos de 27°10'S e 27°50'S, e Maputo entre 25°49'S e 26°05'S). As características bioclimáticas semelhantes são a temperatura média anual, de 20° em ambos os locais e a umidade relativa anual, entre 70 e 85%. Ambas as situações são litorâneas e, embora Florianópolis seja banhada pelo Atlântico e Maputo pelo Índico, estão voltadas para o mesmo lado do oceano.

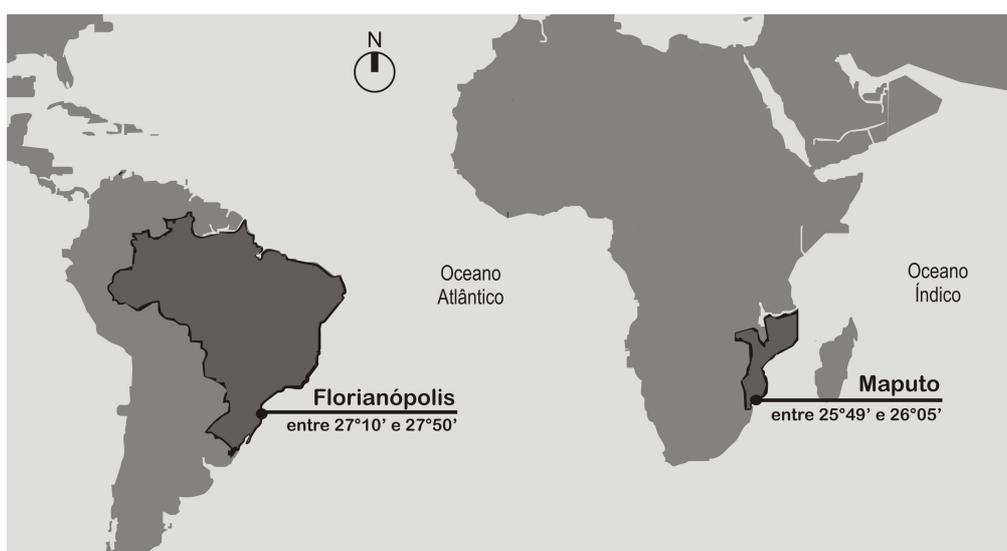


Figura 1: Localização de Florianópolis e Maputo  
Fonte: Elaboração dos autores

Além disso, nota-se, através das figuras 2 e 3, que os dois sítios físicos da ocupação inicial se localizavam às margens de baías, em parcelas insulares do território, porém com dimensões e relevo diferenciados.

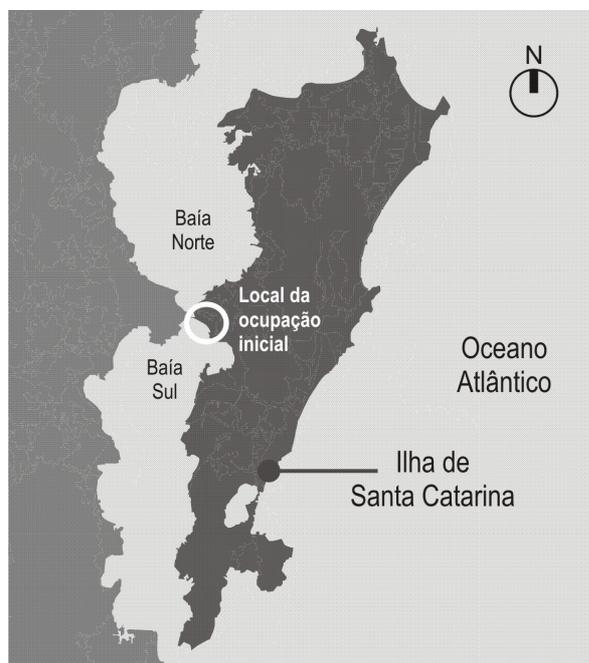


Figura 2: Localização da Ilha de Florianópolis  
Fonte: Elaboração dos autores

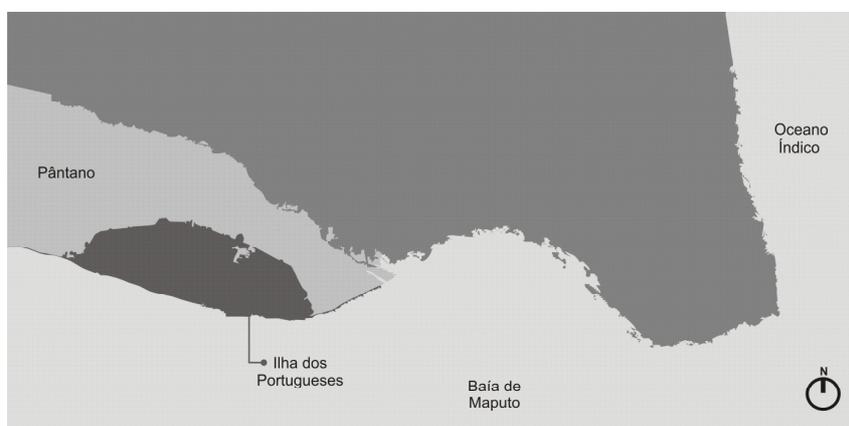


Figura 3: Sítio inicial da ocupação portuguesa - a Ilha dos Portugueses  
Fonte: Elaboração dos autores

Também auxiliou na definição dessas cidades o fato de os pesquisadores residirem em Florianópolis e um deles ser natural de Maputo, o que permitiu maior possibilidade de acesso aos dados necessários para o estudo, de contato com instituições pesquisadoras e órgãos públicos, e de realização de levantamentos *in loco*.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Estabelecidos os objetivos da pesquisa e seus questionamentos, lançou-se mão de revisões bibliográficas para uma etapa inicial de embasamento teórico. Isso permitiu, além de um maior entendimento das características bioclimáticas de cada local, realizar um resgate histórico do processo de colonização portuguesa e do surgimento e crescimento das cidades escolhidas.

Procurou-se levantar dados que permitissem a compreensão do contexto histórico dos dois locais durante o período estudado, como o primeiro contato dos portugueses com o território e povos nativos, iniciativas de ocupação, primeiras edificações e ações administrativas do governo. Esses fatos não podem ser desvinculados do processo de formação de assentamentos e malhas urbanas, uma vez que estes foram reflexo dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais da época da colonização.

Através da bibliografia puderam-se identificar critérios nos quais se baseou a comparação das ocupações portuguesas e que nortearam o foco dos pesquisadores na compilação dos dados históricos e no desenvolvimento das análises. São eles:

- Intenções de ocupação: busca-se interpretar o contexto econômico que levou Portugal a ocupar Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, e Lourenço Marques, atual Maputo, bem como os projetos e expectativas portuguesas para cada lugar;
- Características do sítio: são analisadas as características físicas de cada local - como relevo, ventos predominantes ou domínio visual do ponto inicial de ocupação.
- Características e evolução do núcleo urbano: a partir da história cronológica, da leitura morfológica do traçado urbano e da paisagem natural, são analisadas as configurações das primeiras ocupações e como ocorreu o seu crescimento. Também estudam-se aspectos como a configuração do traçado urbano, das macro e micro parcelas, as primeiras edificações e seu posicionamento no lote.

Com base nos critérios acima explicitados, e levando em consideração a contextualização histórica feita a partir da etapa de embasamento teórico, são utilizados documentos iconográficos para a análise morfológica. Para tanto, foram escolhidos três mapas para a leitura de Florianópolis – dos anos de 1774, 1868 e 1916 - e dois mapas de Maputo – dos anos de 1876 e 1892. Os primeiros mapas de ambas

as cidades representam o início da ocupação de cada uma: mostram as primeiras edificações, arruamentos, fortificações e construções de caráter institucional. Nos mapas seguintes é possível perceber a evolução destes núcleos urbanos a partir do desenvolvimento de sua malha urbana, da construção de novas edificações, entre outras características.

Além disso, foram produzidos *croquis* visando sintetizar o conteúdo abordado e servindo de explicação complementar ao texto, facilitando a leitura e compreensão dos aspectos analisados.

### **3. ANÁLISE DAS CIDADES SEGUNDO OS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS**

#### **3.1 *Florianópolis***

Segundo Veiga (2008), os primeiros europeus chegaram ao litoral catarinense no início do século XVI e consistiam em exploradores de madeira, aventureiros e estrangeiros de diferentes procedências. Outras fontes de pesquisa também apontam para a instalação na Ilha de Santa Catarina de europeus oriundos do naufrágio da embarcação liderada pelo espanhol Juan Dias Solis, que se dirigia à Baía do Prata.

O que de fato atraía as embarcações à Ilha era a excelente qualidade da água e da madeira e a abundância de frutas, caça e pesca, capaz de reabastecer as embarcações a caminho da região do Prata. Além dos víveres abundantes, a região apresentava portos naturais, o que protegia as embarcações contra tempestades. Porém, essas primeiras expedições eram de caráter temporário e não formaram núcleos estáveis (DIÁRIO CATARINENSE, 1998).

O interesse de Portugal pelo Brasil só despertou quando o país luso já havia perdido a maior parte de seu Império no Oriente, em meados do século XVI. Portanto, foram estimuladas várias ações para ocupar e explorar sua colônia, como as expedições bandeirantes, que objetivavam predominantemente a captura de índios e a procura por pedras e metais preciosos.

Porém, como as terras catarinenses não possuíam os atrativos tradicionais - como ouro ou diamantes - para que colonizadores e aventureiros ali se fixassem, foi necessário o incentivo do Governo para povoar e fixar o domínio no Sul. Foram, então, concedidas sesmarias para alguns bandeirantes e demais pessoas que demonstrassem interesse (BROOS, 2002).

Entre os bandeirantes estava Francisco Dias Velho que, em 1673, enviou à Ilha de Santa Catarina mamelucos e escravos índios para iniciar a ocupação do local.

Além de seus interesses particulares de expansão comercial, a ilha foi escolhida para a povoação por apresentar um excelente porto. A Ilha possuía córregos abundantes, fornecia maior segurança em caso de ataques indígenas e apresentava topografia com significativas elevações, que proporcionavam soluções defensivas.

Veiga (2008) afirma que desmatamentos em 1634 e 1635 pelos bandeirantes e em 1645 pelos moradores, formaram clareiras na mata que influenciaram posteriormente na escolha do sítio do povoado de Dias Velho, em um espaço distante cerca de 150m da costa oeste da Ilha. Neste local, existiam inicialmente apenas casas rústicas e roçados, e, em 1675, o bandeirante iniciou a construção de várias casas e de uma capela de pedra e cal, em homenagem a Nossa Senhora do Desterro (figura 4). Defronte à capela, criou-se uma grande praça com 400 palmos de largura que se estendia até o mar. Peluso (apud VEIGA, 2008) afirma que “a igreja foi sempre um elemento independente no plano de Desterro” e que “sua construção obedeceu exclusivamente às melhores possibilidades de aproveitamento da colina em que foi edificada”.



Figura 4: Capela construída por Dias Velho  
Fonte: VEIGA, 2008

O traçado das primeiras ruas de Desterro foi determinado pela linha da praia: o formato da praça da igreja, atual Praça XV, foi determinado por linhas perpendiculares à da praia. Por haver, justamente neste trecho, uma leve curvatura na costa, a Praça acabou assumindo uma forma trapezoidal (figura 5). Esse traçado irregular desafiava as Provisões Régias, que primavam pela regularidade e pela geometria.



Figura 5: *Croquis* da forma da Praça da Igreja, atual Praça XV.

Fonte: Adaptado de VEIGA, 2008

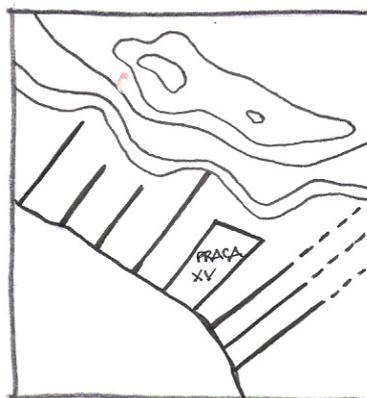


Figura 6: *Croquis* da Praça da Igreja e os primeiros arruamentos

Fonte: Adaptado de VEIGA, 2008.

Nota-se, então, que a fundação do povoado seguiu as tradições portuguesas: procurou-se concentrar o povo em aldeias, cujo plano consistia em uma praça central (figura 6) que evidenciasse e fosse uma extensão da Igreja, estabelecida em local de relevo, o mais elevado possível. Esse primeiro assentamento, juntamente com o limite litorâneo da Ilha, foram os elementos que mais influenciaram o traçado urbano inicial da Vila do Desterro.

A Ilha de Santa Catarina tinha localização de importância estratégica para Portugal, pois o país visava desenvolver a Colônia de Sacramento (atual Uruguai). Porém, o período de declínio desta Colônia, no final do século XVII, comprometeu o desenvolvimento da primeira povoação da Ilha. Além disso, um ataque pirata destruiu o assentamento de Dias Velho e contribuiu para o abandono das terras.

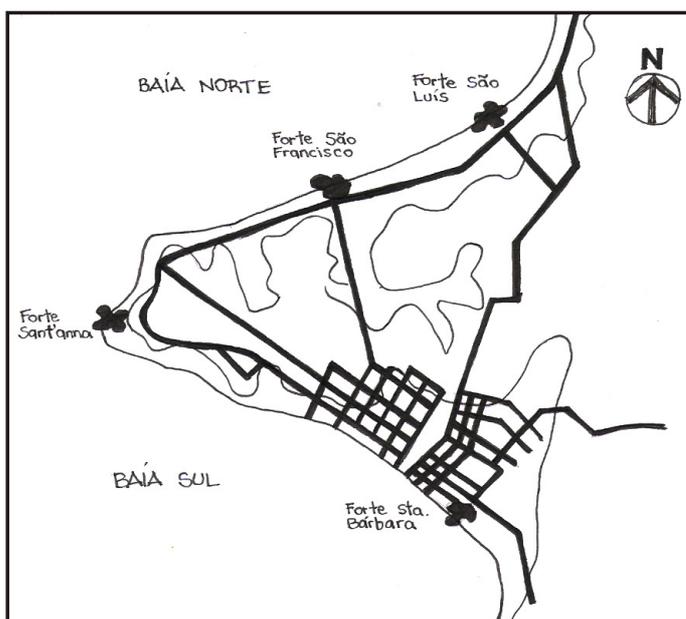


Figura 7: *Croquis* dos principais arruamentos e fortificações no primeiro núcleo urbano da Ilha.

Fonte: Adaptado de VEIGA, 2008.



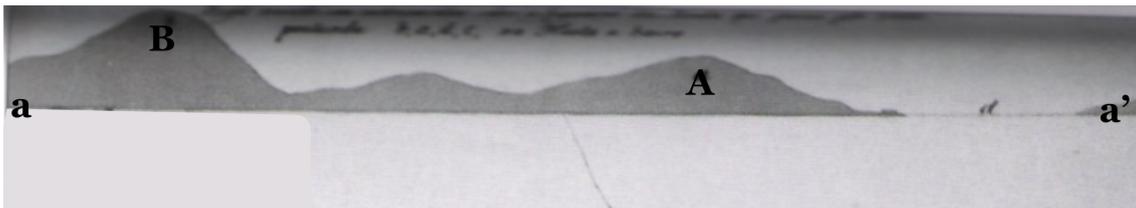


Figura 8: Corte aa' do mapa 1.

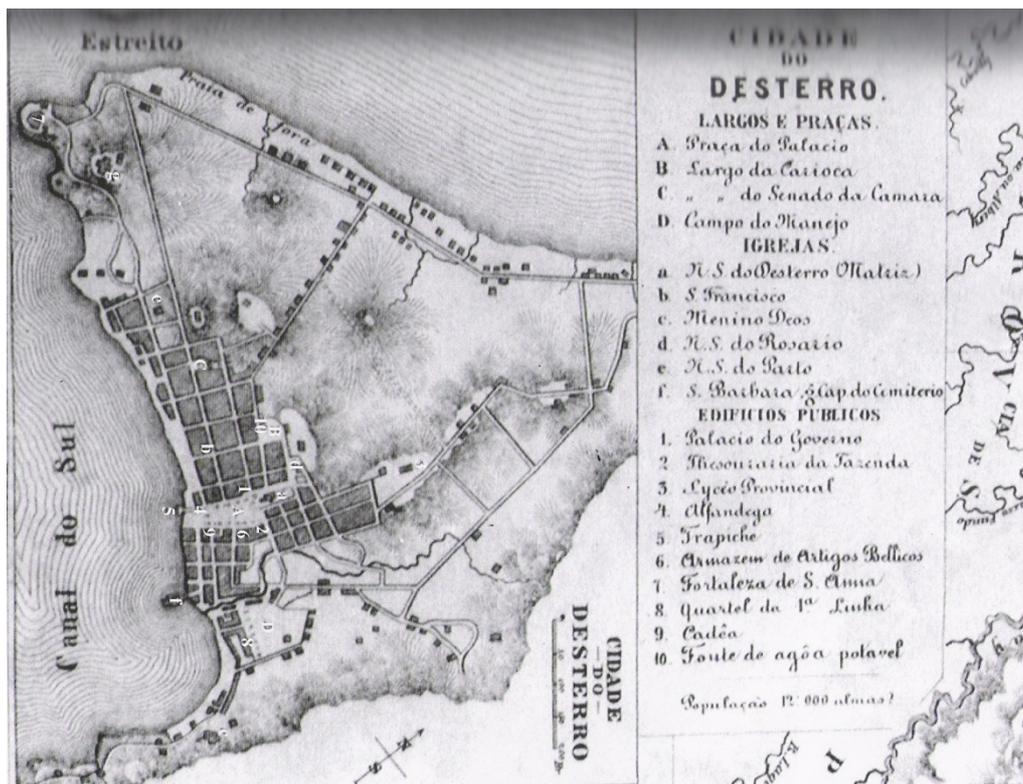
Fonte: VEIGA, 2008.

Através do mapa acima observa-se algumas características físicas do território. As principais elevações do sítio em questão, vistas em planta e em corte, são o Morro Rita Maria (A) e a Serra da Boa Vista (B), que protegem a área tanto do vento nordeste – o mais freqüente na região – quanto de possíveis ataques provindos da baía norte. Esta situação condicionou a ocupação da Vila, que se desenvolveu nas áreas livres ao longo da praia, adequando-se ao relevo, geralmente abaixo da cota de 10 metros. Também foi o relevo que determinou a expansão da Vila primeiro para o leste, pois o terreno desse lado era essencialmente plano e localizado em enseada. No lado oeste o local era mais acidentado e desabrigado.

Nota-se também que o porto (C) foi instalado na parte mais protegida da costa litorânea e as edificações foram construídas próximas a ele. Além das fontes de água – às quais vários arruamentos se direcionaram –, as atividades de pesca e agricultura condicionaram a estrutura fundamental do núcleo urbano, desenvolvendo uma ocupação tipicamente linear.

Nos oito anos de densa imigração, a Ilha passa por grandes transformações. A população, que se restringia a algumas dezenas de habitantes, saltou para mais de cinco mil pessoas. No fim do século XVIII, já existiam, por exemplo, 350 engenhos de farinha e 102 de aguardente.

Quanto às macro parcelas, não há representação clara de sua delimitação no Mapa 1 apresentado, porém, devido ao posicionamento das edificações nas micro parcelas – às margens das ruas –, é possível fazer uma aproximação do formato das quadras e confirmar a formação dos primeiros arruamentos. O mapa 2, de 1868, apresenta essas questões mais claramente.



Mapa 2: Cidade de Desterro. 1868

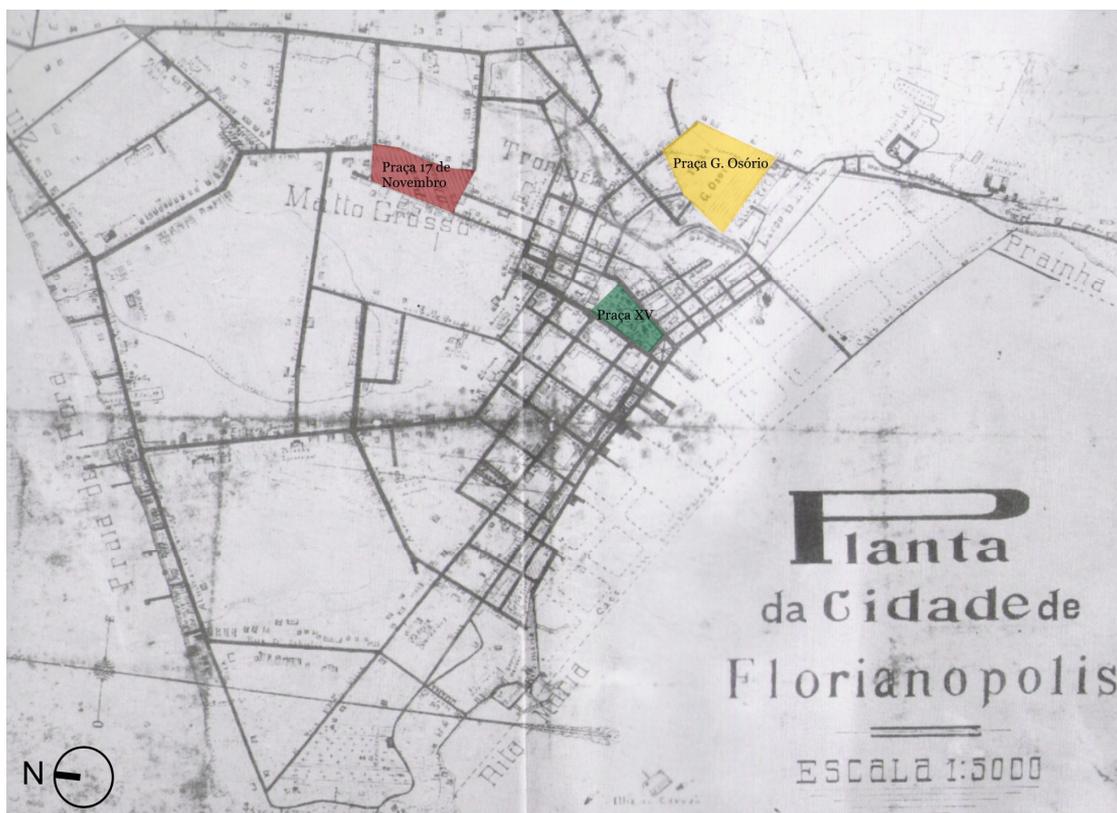
Fonte: VEIGA, 2008.

Em Desterro, a posterior criação de arruamentos paralelos ao mar – transversais aos primeiros – configurou a ortogonalidade da malha. Esse novo desenho, subordinado às laterais da Praça XV (no mapa “Praça do Palácio”), caracterizou o posicionamento de duas malhas ortogonais à linha da praia, porém deslocadas entre si.

O Mapa 2 também exhibe um maior número de construções na Praia de Fora (atual Baía Norte): aparecimento de edificações dispostas linearmente aos caminhos que direcionavam aos fortes e também ao longo dos que deles se derivaram. É possível perceber que a malha ortogonal se concentra no sítio inicial da ocupação, enquanto que em direção à baía norte houve um crescimento espontâneo, sem qualquer planejamento prévio, configurando-se uma malha irregular, adaptada à topografia.

Outra questão que o mapa de 1868 aponta é a concentração dos prédios públicos ao redor da Praça da Igreja, como o Palácio do Governo (número 1), a Tesouraria da Fazenda (2), a Alfândega (4), a Cadeia (9), entre outros. Nesta época, contavam-se 12.000 pessoas em Nossa Senhora do Desterro.

Cerca de 50 anos depois, já com o nome de Florianópolis, a capital do Estado de Santa Catarina apresentava mudanças relevantes. O mapa 3, de 1916, mostra um maior número de arruamentos, sendo alguns deles ligações da parte sul com a parte norte, com linhas geométricas que não obedeciam o relevo, mas desviavam-se das chácaras existentes. Em paralelo a isso, as ruas definidas anteriormente de forma espontânea, consolidam-se.



Mapa 3: Planta da cidade de Florianópolis, 1916.

Fonte: Adaptado de VEIGA, 2008.

Além disso, nota-se alguns espaços públicos na cidade, como a Praça XV (no mapa, em verde), a Praça 17 de Novembro (vermelho) e a Praça G. Osório (amarelo). Também há a representação de edificações importantes (o Hospital Menino Deus e o Hospital Militar) e a presença, em linha tracejada, do primeiro aterro que a cidade, que só veio a ser implantado no governo de Colombo Salles (1972-75).

### **3.2. Maputo**

Lendas nativas relatam que o primeiro contato entre europeus – provavelmente marinheiros dos navios de Vasco da Gama ou de outro navegador português – e nativos da região da Baía de Maputo aconteceu entre finais do século XV e início do

XVI, mas não há registros portugueses deste acontecimento (CORVAJA, 2003). Oficialmente, Moçambique foi descoberto em 10 de março de 1498, quando a frota de Vasco da Gama chegou à Ilha de Moçambique. Há registros posteriores de outras expedições portuguesas nas costas moçambicanas, mas o início da colonização data de 1504, com a construção da Fortaleza de São Caetano na atual cidade de Sofala. No entanto, foi somente por volta de 1545 que o navegador e comerciante português Lourenço Marques iniciou a exploração na região da então baía de “Santo Espírito”, atual Baía de Maputo.

Naquele momento, o objetivo principal era o comércio de marfim (sobretudo ao sul da baía), que era trocado por tecidos, alimentos, escravos e vários objetos. As relações portuguesas com a região, portanto, não refletiam nenhuma intenção de ocupação: o que houve foi essencialmente uma exploração comercial do local. Esse desinteresse se justifica pela baía estar fora da linha normal de navegação - que era entre a Ilha de Moçambique (ao norte, onde os portugueses já haviam se fixado) e o Cabo da Boa Esperança - o que implicava num afastamento da costa (MONTEZ, 1948). Com isso construía-se no local apenas acampamentos temporários, que consistiam em palhotas<sup>1</sup> para a proteção das tempestades e trocas comerciais, e que eram abandonadas após as transações. Esses acampamentos denominavam-se feitorias e quando apresentavam algum tipo de fortificação, chamavam-se fortalezas.

Com o tempo a baía se consolidou como ponto de abastecimento, de trocas comerciais e de proteção das intempéries, e vários comerciantes e navegadores – não só portugueses, mas também ingleses, franceses, austríacos e holandeses – passaram a frequentá-la. Além de não haver uma fixação permanente por parte dos portugueses, estes interromperam as expedições à baía por 78 anos (1703 a 1781), o que permitiu que outras nações disputassem o domínio sobre o local, algumas delas chegando a construir fortificações e dominar a área por certo tempo (como os holandeses, que ocuparam a baía de 1721 a 1730). Foi somente em 1781 que houve uma iniciativa definitiva por parte dos portugueses em ocupar o local, com o objetivo de assegurar o domínio sobre seu território.

O sítio físico da primeira ocupação definitiva foi a pequena ilha, próxima ao continente, chamada de “Ilha dos Portugueses”, “Xitemole” ou ainda “Setimuro”. Margeada ao sul pelo mar da Baía de Lourenço Marques (antiga baía do Santo Espírito e atual Baía de Maputo) e ao norte por terras pantanosas, apresentava relevo essencialmente plano, o que facilitou a implantação de edificações. As terras à volta

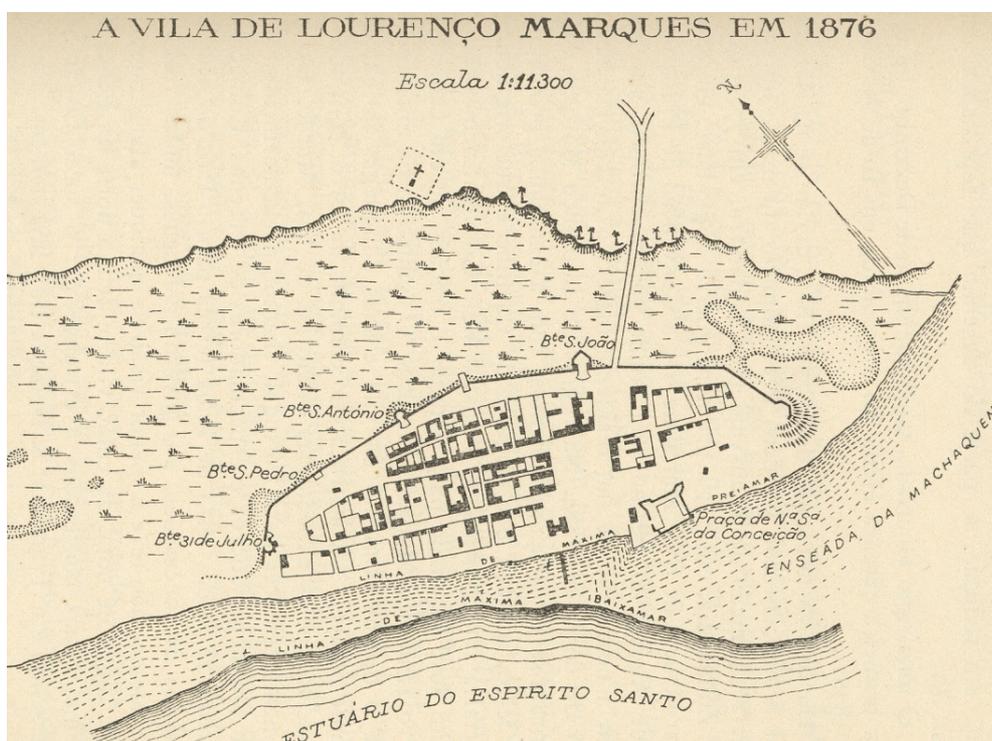
---

<sup>1</sup> Palhotas: casa nativa, geralmente cilíndrica com cobertura cônica. Os materiais de construção eram madeira ou bambu, barro e palha.

da baía eram percorridas por cinco grandes rios, mas a Ilha propriamente dita não apresentava nenhuma fonte de água potável. O clima era úmido e a proximidade com o pântano tornava o local insalubre. O posicionamento estratégico dessa Ilhota permitia um bom domínio visual de quem adentrasse à baía, conferindo maior controle e proteção da área.

O conjunto das primeiras edificações construídas no local após a ocupação definitiva dos portugueses, foi denominado de “Presídio”<sup>2</sup> (LOBATO, 1949) e foi concluída no ano de 1787. Consistia numa fortificação quadrada, formada por grossas estacas, que cercava uma capela, os quartéis e um armazém.

A partir de 1805 a ocupação portuguesa se consolidou, com a chegada de outra força militar e, em 1825, foi criada a “Companhia Comercial de Lourenço Marques e Inhambane” que surgiu da necessidade de povoar o território e cujo objetivo era atrair os portugueses para ocupar e desenvolver a área. Assim a ocupação teve o seu ritmo de crescimento acelerado, mas mesmo assim o desenvolvimento era lento e gradual, tanto que somente em 1830 são inauguradas a Igreja e a primeira escola do núcleo urbano e, em 1841, contavam-se apenas 19 casas e 120 palhotas.



Mapa 4: Mapa da Vila de Lourenço Marques em 1876  
Fonte: Acervo da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)

<sup>2</sup> O significado dessa palavra era interpretado como “força militar que garante estrutura fortificada” (CORVAJA, 2003), e não propriamente um local de clausura de criminosos.

O Mapa 4 é o mais antigo ao qual se teve acesso e representa a ocupação portuguesa em 1876, quando já há um crescimento urbano mais relevante devido às iniciativas do governo para povoar a colônia. Embora não represente a vila nos seus primeiros anos de fundação, permite distinguir a estrutura que teria correspondido às fases iniciais do desenvolvimento do núcleo urbano.

A partir desse mapa é possível perceber que a linha da praia foi delimitadora do primeiro traçado, uma vez que os arruamentos foram implantados de forma paralela, favorecendo o eixo longitudinal da ilha: formam-se quatro principais arruamentos, sendo um coincidente com a costa, como ilustra a figura 10.



Figura 10: Arruamentos iniciais: paralelos à linha da praia.

Fonte: Adaptação dos autores do Mapa 4.

Como evidência de que os arruamentos iniciais foram realmente os citados, pode-se observar, tanto no Mapa 4 quanto no esquema da Figura 11, que as edificações estão na sua maioria com a frente voltada para as referidas vias.



Figura 11: Edificações voltadas para os primeiros arruamentos.

Fonte: Adaptação dos autores do Mapa 4.

Observa-se que próximo à Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (assinalada na figura 12 como Praça de Nossa Senhora da Conceição) há um vazio que cria um eixo

transversal na Ilhota, ligando a ponte que dá acesso ao continente e o cais, ao lado da Fortaleza. Além disso, a localização desse vazio configurava a Praça Sete de Março e valorizava a Fortaleza - primeira edificação dos assentamentos – e também os edifícios administrativos que foram erguidos posteriormente e se concentravam à sua volta.

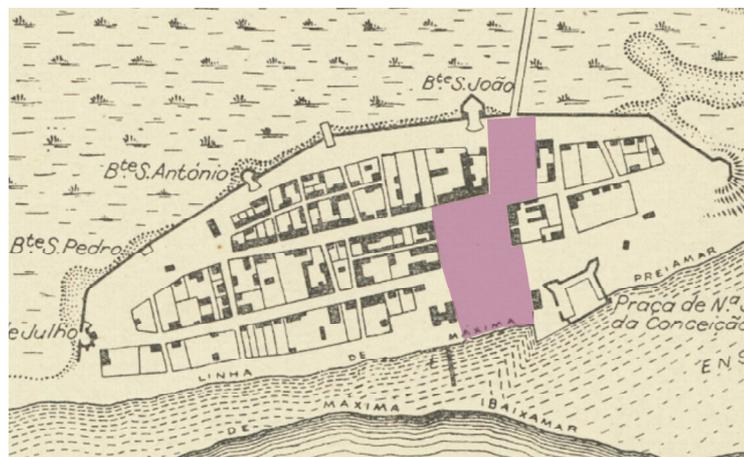


Figura 12: Vazio em frente à Fortaleza Nossa Senhora da Conceição

Fonte: Adaptação dos autores do Mapa 4.

Por conta do traçado inicial, com as vias longitudinalmente implantadas na ilhota, as macro parcelas são alongadas e tendem a serem retangulares, mas não há homogeneidade, resultado da irregularidade do traçado da malha. Com o desenvolvimento da ocupação urbana, algumas transformações ocorrem na malha: pequenas vias transversais surgem dividindo as quadras alongadas. Percebe-se claramente que há uma hierarquização, pois essas vias possuem dimensão consideravelmente menor que as longitudinais e não apresentam continuidade.

Quanto às micro parcelas, em sua maioria, ocupavam toda a extensão da quadra, possuindo testada para duas ruas. Suas dimensões e formatos são variados e não seguem nenhum padrão. Muitas vezes os lotes são tão grandes que configuram sozinhos uma quadra inteira. As edificações dentro das micro parcelas estão implantadas, na sua maioria, às margens das ruas e configuram uma linearidade que as delimita fortemente, mas há também situações em que as edificações estão soltas no lote.

Como se observa na Figura 13, a margem norte da ilhota, voltada para o continente, apresenta maior fortificação: muralhas ao longo de toda a costa e quatro fortes distribuídos a noroeste do acesso ao continente. Na porção leste da Ilhota não

há fortes, porém, a representação de uma área pontilhada sugere a existência de uma barreira física natural que restringia o acesso. Esse reforço na fortificação da margem norte é resultante da intenção de proteger a área dos constantes ataques dos povos nativos do continente. Na margem sul havia apenas um ponto fortificado: a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição. Sua localização, à sudeste da ilha, era estratégica, pois pela configuração física da baía, era possível ter o domínio visual da rota utilizada pelos navegantes para chegar à ilha. Assim, acredita-se que mesmo havendo apenas um ponto fortificado, este era suficiente para a proteção da margem sul.

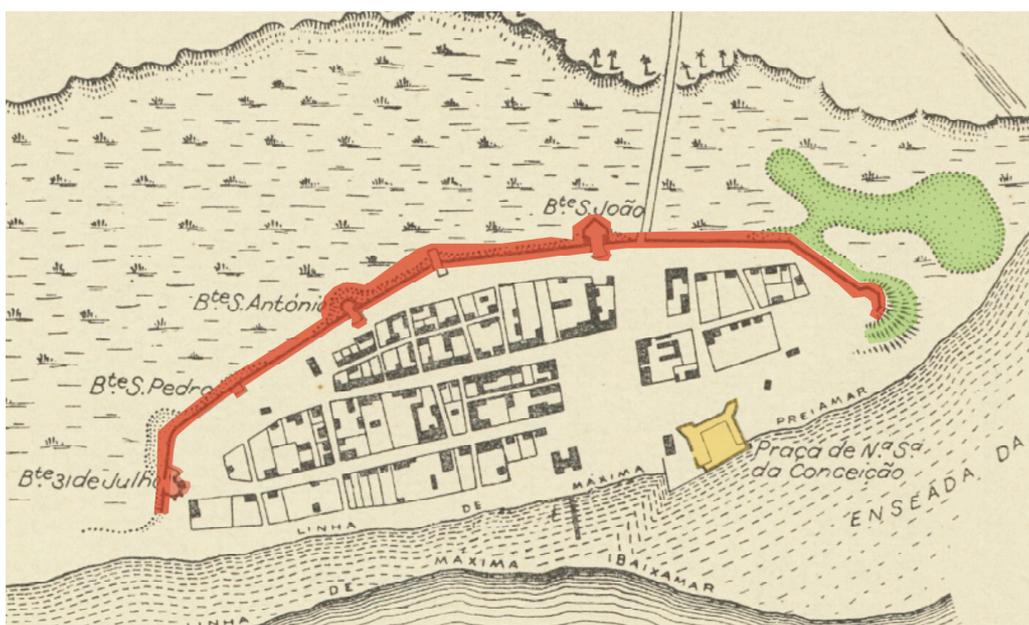
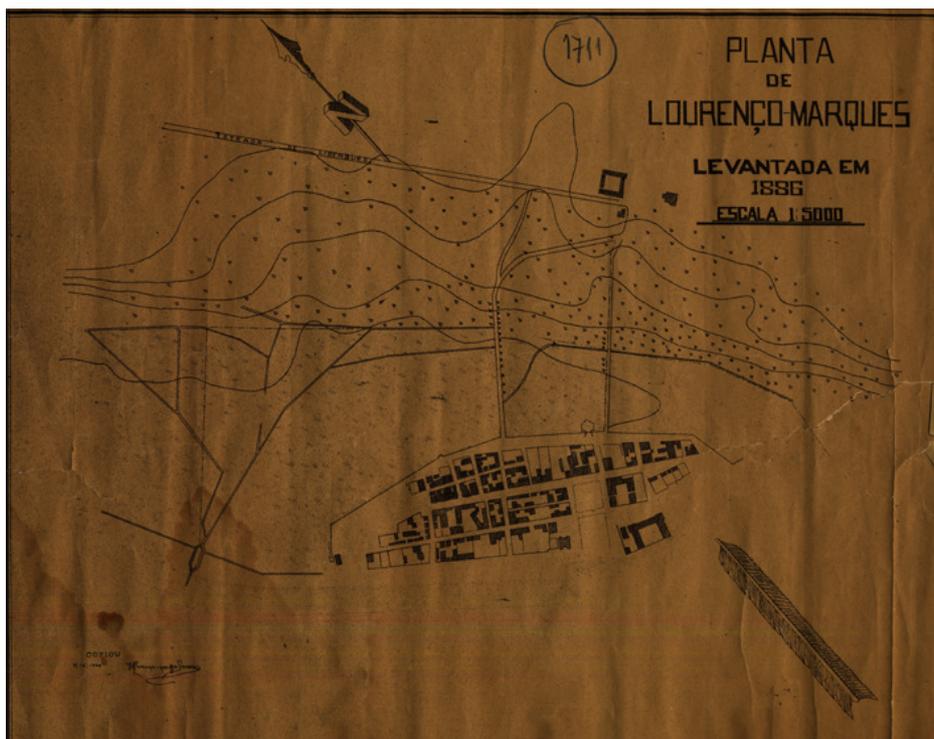


Figura 13: Fortificações e barreira física natural da ilha.

Fonte: Adaptação dos autores do Mapa 4.

No Mapa 5, de dez anos mais tarde (1886), percebem-se mais edificações, que muitas vezes chegam a ocupar quase totalmente o perímetro da quadra. O vazio que demarcava um forte eixo transversal na ilha é reduzido a uma parcela retangular delimitada por edificações e pelo mar. As transformações não são significativas na configuração da malha, a não ser pelo surgimento de mais uma ponte que dá acesso ao continente e que ganha continuidade na Ilhota através de uma via transversal já existente, que fazia ligação com o mar e que teve sua largura aumentada e traçado corrigido, ficando claramente marcada na malha a sua relevância.



Mapa 5: Mapa de Lourenço Marques em 1886

Fonte: Acervo Acervo da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)

Desde 1870 o desenvolvimento do aglomerado urbano passou a ser mais acentuado, mas a cidade permaneceu confinada em uma ilha de areia e lodo, cercada por uma muralha e por pântanos doces e alagadiços ao norte e pelo mar ao sul (LOBATO, 1949). Em 10 de Novembro de 1887, Lourenço Marques é elevada à categoria de cidade, e com isso chega uma expedição das Obras Públicas de Lisboa para coordenar a primeira revolução urbanística do povoado. Havia a intenção de transferir a cidade para uma zona mais alta que apresentava melhores condições de salubridade, mas optou-se por manter a cidade no local onde surgiu o primeiro núcleo. Para isso obras de saneamento e drenagem dos pântanos foram efetuadas e, em 1888, a linha de defesa que cercava a cidade foi derrubada para permitir a sua expansão.

Em 1892 foi aprovado um novo plano para a cidade, o Plano Araújo (Mapa 6), que se inspirou nas grandes reformas da cidade de Paris, visando fazer “de uma aldeia insignificante e desordenada, uma cidade que ocupava a área de cento e mais hectares, larga, aberta, ventilada e harmoniosa [...]” (NORONHA, 1895). A sua proposta previa a organização da cidade sobre uma malha ortogonal, com largas avenidas de até 20m de largura, formava rôtulas, alargava praças, criava jardins. Além disso, previa a remoção das casas precárias, a construção de um dique de terra e

pedra, e a plantação de eucaliptos, conquistando-se áreas edificáveis, avançando em direção ao mar.



Mapa 6: Plano Araújo - 1892

Fonte: acervo UEM

É esse plano que vai moldar e definir a estrutura urbana da cidade nos decênios seguintes, permitindo o explosivo crescimento de Lourenço Marques, mesmo não tendo sido totalmente implantado, por dificuldades financeiras. A vila, que durante tantos anos se concentrou ao longo da Praça Sete de Março e dentro das muralhas da cidade, expande-se consideravelmente.

#### 4. DISCUSSÃO

A partir dos dados apresentados para cada cidade, cabe agora uma discussão sobre semelhanças e diferenças encontradas, de forma a responder à pergunta que deu origem à pesquisa.

Ao fazer a análise descritiva das intenções portuguesas para ocupação de cada local, percebeu-se que, em ambos os casos, houve um desinteresse inicial pelas novas terras. Portugal só realizou iniciativas para uma fixação efetiva a partir do momento em que o território passa a ter alguma relevância em termos econômicos ou geopolíticos, o que desencadeia disputas pela sua ocupação por outras nações.

A Ilha de Santa Catarina, por muito tempo, era frequentada apenas para abastecer embarcações portuguesas. Porém, com o desenvolvimento do comércio na

Bacia do Prata, a Ilha tornou-se importante estrategicamente, pois era um conhecido entreposto para outros navegadores e comerciantes que iam em direção ao sul. Isso impulsionou Portugal a ocupá-la mais definitivamente em meados do século XVII.

Na antiga Lourenço Marques, esse descaso foi mais duradouro, pois até o século XVIII, o local era utilizado somente para trocas comerciais e chegou a haver a interrupção das expedições portuguesas. Durante esse período, várias nações exerceram temporariamente o domínio sobre a área, o que motivou Portugal a expulsá-las e fixar-se nas novas terras.

Observa-se, portanto, que a intenção de ocupação em ambos os locais tinha como objetivo garantir o domínio português sobre os novos territórios.

Quanto ao sítio físico, deve-se levar em consideração o processo de formação da cultura e do povo português: as invasões árabes na península ibérica, no século VII, com sua expulsão apenas no século XV, fez com que os povos ibéricos assumissem a virtude de guerreiro como a de maior destaque (PELUSO, 1953). Daí nascia a necessidade de estabelecer vilas ou cidades fortificadas, com a construção de castelos ou fortalezas, em locais protegidos pela natureza.

Portanto, seguindo a tradição portuguesa, buscou-se nos dois territórios, um conjunto de características geofísicas que facilitassem ou completassem o controle militar da área. Havia metas semelhantes a serem alcançadas, porém, como cada local apresentava características típicas, lançava-se mão de diferentes estratégias visando o mesmo objetivo.

Foram buscados terrenos planos e protegidos por alguma barreira natural: no caso de Florianópolis, o acentuado relevo ao norte do sítio inicial, e em Maputo, a área pantanosa, também, ao norte do assentamento original na ilha. Procuraram-se também sítios que permitissem um bom domínio visual dos possíveis acessos por mar.

Quanto aos processos de implantação e evolução das malhas urbanas, há muitas semelhanças entre as cidades. Em ambos os locais a linha da praia foi um elemento definidor dos traçados urbanos: em Florianópolis os primeiros arruamentos foram perpendiculares à costa e em Maputo foram paralelos. Indaga-se o porquê dessa característica da natureza ter influências tão marcantes nos dois assentamentos, porém de maneira oposta. Um motivo pode ser a disparidade na escala dos sítios: em Maputo, a pequena Ilhota permitia um domínio geral do território, fazendo com que a intenção fosse de ocupá-lo por completo, configurando-se uma

implantação de malha que otimizou ao máximo essa ocupação. Já em Florianópolis, onde a área é bem maior, o traçado perpendicular sugere a exploração do território.

Também nas duas cidades, os arruamentos iniciais eram todos no mesmo sentido (paralelos entre si) e com o seu crescimento, traçaram-se vias transversais, formando uma malha que tendia à ortogonalidade. Apesar da preferência pela malha ortogonal – além da simplicidade, era mais um recurso para o controle militar –, em Florianópolis esse traçado só foi implantado até onde o terreno era plano.

Observando o traçado desenvolvido até o final do século XIX nas duas cidades, percebe-se que Florianópolis apresentava macro parcelas de dimensões e formatos regulares, devido a uma implantação inicial mais bem-sucedida dos ordenamentos das Provisões Régias. Já em Maputo, não foi alcançada a ortogonalidade ideal, uma vez que as dimensões e os formatos das quadras eram irregulares. As edificações em Florianópolis se encontram essencialmente nas testadas dos lotes, o que se repete em Maputo, apesar de também se observar casos em que as construções estão soltas no lote.

Na antiga Desterro, no entorno do vazio da Praça XV, concentravam-se os edifícios públicos mais importantes, assim como na Praça 7 de Março em Maputo. Essa característica é tipicamente portuguesa: a praça configurava uma importante centralidade no núcleo urbano, concentrando as principais atividades sociais, econômicas e políticas (PELUSO, 1953).

Na pesquisa observaram-se, essencialmente, mais semelhanças que diferenças, mas notam-se divergências num aspecto relevante na evolução das malhas. Em Florianópolis a expansão se deu de forma lenta e gradual, sem planejamento, avançando sobre o relevo de maneira espontânea, resultando numa malha irregular a partir do momento em que a topografia se tornou mais acentuada e que havia a necessidade de desviar os arruamentos das chácaras já existentes. No entanto, em Maputo, o crescimento da cidade esteve restrito às suas muralhas por muito tempo. Quando a cidade ultrapassou esses limites (1888), já havia um maior conhecimento sobre planejamento urbano e, a partir de referências européias, foi traçado um plano para ordenar a expansão, assegurando a ortogonalidade da malha.

## 5. CONCLUSÃO

Finalmente, a partir desta pesquisa pode-se afirmar que nos casos estudados a colonização portuguesa imprimiu características semelhantes aos assentamentos. As similaridades são observadas não só na configuração de seus núcleos urbanos iniciais, mas também nos acontecimentos históricos da sociedade, da economia e da política, que muitas vezes coincidem. Percebe-se que estas características se sobrepuseram aos modos de vida locais, implantando-se de maneira hegemônica.

Por último, vale ressaltar uma dificuldade que limitou o desenvolvimento da pesquisa: o acesso documentos antigos. O material antigo – mapas, imagens, iconografias – é pouco e restrito. O constante contato com instituições em Maputo, diferentemente de como se julgou no início da pesquisa, não foi suficiente para facilitar o acesso ao material necessário.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROOS, Hans. **Construções Antigas em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BRUSCHI, Sandro; CARRILHO, Júlio; LAGE, Luís. **Era uma vez uma palhota**. Maputo: Editora FAPF, 2005.

BRUSCHI, Sandro; SONDEIA, Benjamim Alfredo. **Inhambane, elementos de história urbana**. Maputo: Editora FAPF, 2003.

CARRILHO, Júlio. **Ibo, a casa e o tempo**. Maputo: Edições FAPF, 2005.

CORVAJA, Luigi. **Maputo. Desenho e Arquitectura**. Maputo: Editora FAPF, 2003.

COSTA, Viegas Fernandes da. **História de Santa Catarina**, Indaial, 2004. Disponível em: <<http://www.viegasdacosta.hpg.com.br/educacao/hsc.htm>>. Acesso em: 19 ago 2009.

DIÁRIO CATARINENSE. **DC Documento – Florianópolis: Origens e Destino de Uma Cidade à Beira Mar**. Florianópolis: v. 1-30, 1998.

LOBATO, Alexandre. **Lourenço Marques - Xilunguine pequena monografia da cidade**. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.

LOBATO, Alexandre. **História da fundação de Lourenço Marques**. Lisboa: Ed. Lusitânia. 1949.

MONTEZ, Caetano. **Descobrimiento e fundação de Lourenço Marques, 1500-1800.**  
Lourenço Marques: Minerva Central Editora, 1948.

MORAIS, João Sousa. **Maputo - Património da Estrutura e Forma Urbana, Topologia do Lugar.** Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PACHECO, Eliane da Veiga. **Mitos e realidades das Arquiteturas Açoriana e Colonial Catarinense.** In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, n° 20, 3ª fase, 2001 (p.85-131)

PELUSO JR., Victor. **Tradição e plano urbano – Cidades portuguesas e alemãs no estado de Santa Catarina.** Florianópolis: 1953.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis – Memória Urbana.** Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

DONATO, Lila. **A cidade portuguesa nas províncias ultramarinas: uma análise iconográfica comparativa – Ilha de Moçambique, Goa, Salvador, Macau e Luanda.** 2009. 186 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.